

RECIBO ELETRÔNICO DE PROTOCOLO

Usuário Externo (signatário):	Alexandre Paulo Pires da Silva
Data e Horário:	22/01/2026 14:47:37
Tipo de Peticionamento:	Processo Novo
Número do Processo:	0016815-30.2026.8.13.0000
Interessados:	
Alexandre Paulo Pires da Silva	
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Documento Principal:	
- Ofício Externo	25186080
- Documentos Essenciais:	
- Requerimento Ofício SINJUS-MG nº 07/2026	25186081

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Ofício SINJUS nº 07/2026

Belo Horizonte/MG, 22 de janeiro de 2026

A Sua Excelência o Senhor

Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Avenida Afonso Pena, nº 4001, bairro Serra

CEP 30130-911 – Belo Horizonte/MG

Assunto: Manifestação institucional. Minuta de Resolução que dispõe sobre viagens institucionais, diárias e ressarcimento de despesas no âmbito do TJMG.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O **SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DE 2ª INSTÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** (“**SINJUS/MG**”), inscrito no CNPJ sob o nº 17.336.116/0001-07 como entidade sindical regularmente registrada no órgão competente, cuja certidão de registro sindical encontra-se ativa perante a Coordenação-Geral de Registro Sindical da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, representante dos servidores dos Tribunais de Justiça e Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 8º, inc. III, da Constituição Federal, vem, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, respeitosamente, perante Vossa Excelência, **expor** e ao final **requerer** o que se segue.

1. De início, cumpre registrar que o SINJUS-MG reconhece e valoriza a iniciativa da Presidência do TJMG em revisar e sistematizar a normativa interna relativa às viagens institucionais, às diárias e às indenizações de transporte. Trata-se de matéria sensível, que impacta diretamente o cotidiano funcional dos servidores e a própria eficiência da prestação jurisdicional, razão pela qual o diálogo institucional com as entidades representativas revela-se não apenas salutar, mas indispensável à construção de soluções normativas mais equilibradas e aderentes à realidade administrativa.

2. Assim sendo, é inegável que o encaminhamento, em 13 de janeiro, da minuta de Resolução destinada a disciplinar as viagens institucionais e os mecanismos de indenização evidencia a disposição desta Administração para o diálogo institucional e para o aperfeiçoamento do arcabouço normativo vigente. Todavia, a análise detida do texto proposto, aliada às manifestações reiteradas da base representada por este Sindicato, impõe a necessidade de apresentar ponderações técnicas relevantes, especialmente no que se refere aos valores das diárias e à forma de categorização atualmente adotada para os

deslocamentos institucionais, conforme disciplinado, em especial, pela Portaria nº 6.517/PR/2024.

3. Nesse ponto, cumpre trazer à consideração desta Presidência questão de caráter estrutural, reiteradamente identificada no âmbito da categoria representada por este Sindicato, especialmente entre os servidores cujas atribuições institucionais exigem deslocamentos frequentes a diversos municípios do Estado. A experiência concreta do exercício dessas atividades evidencia que **os valores atualmente fixados para as diárias, em múltiplas hipóteses, não se mostram compatíveis com os custos efetivamente suportados, sobretudo no que se refere às despesas com hospedagem, alimentação e locomoção, o que aponta para uma defasagem objetiva da regulamentação vigente.**

4. Nada obstante isso, a temática ainda se agrava diante da forma como a regulamentação vigente categoriza os deslocamentos. Com efeito, observa-se que, em todas as hipóteses, **o valor da diária atribuída a trajetos do interior para Belo Horizonte é superior àquele pago nos deslocamentos inversos**, isto é, da capital em direção ao interior do estado:

BENEFICIÁRIOS	DESTINO	VALOR
Desembargador	Belo Horizonte, outros Estados e exterior	R\$ 1.300,00
Juiz de Direito	Belo Horizonte, outros Estados e exterior	R\$ 1.200,00
Servidor	Belo Horizonte, outros Estados e exterior	R\$ 750,00
Desembargador	demais Municípios	R\$ 830,00
Juiz de Direito	demais Municípios	R\$ 800,00
Servidor	demais Municípios	R\$ 570,00

Figura 1 - Anexo Único da PORTARIA Nº 6517/PR/2024

5. Tal distinção, apesar de aparentar certa razoabilidade em uma análise primária abstrata, não se sustenta em inúmeros casos concretos, especialmente quando o destino no interior corresponde a cidade de perfil turístico ou a localidade que, em razão de eventos sazonais, registra elevada demanda por serviços de hospedagem e alimentação, com preços significativamente superiores aos praticados na Capital.

6. Assim, a realidade dos deslocamentos institucionais no âmbito do Poder Judiciário mineiro evidencia relevante distorção material, na medida em que, em diversas localidades do interior do Estado, o custo diário de permanência pode superar, de forma expressiva, o custo médio verificado em Belo Horizonte, sem que a regulamentação atualmente vigente disponha de mecanismos adequados para absorver tais variações. Por conseguinte, o

inevitável resultado prático reside na **imposição de ônus financeiro ao servidor que se desloca a serviço, o que não se coaduna com a natureza indenizatória das diárias nem com os princípios que regem a Administração Pública.**

7. Sob o prisma jurídico-administrativo, é de se recordar que as diárias têm por finalidade indenizar o servidor pelas despesas extraordinárias decorrentes do deslocamento a serviço, não se prestando, portanto, a gerar enriquecimento indevido, tampouco a transferir ao servidor o custo da atividade administrativa. **Quando os valores fixados se mostram insuficientes para cobrir despesas previsíveis e ordinárias do deslocamento, há evidente desvirtuamento da finalidade do instituto.**

8. Ademais, a manutenção de valores defasados ou de critérios rígidos de categorização territorial acaba por afrontar princípios estruturantes da Administração Pública, notadamente os princípios da razoabilidade, da eficiência e da moralidade administrativa (art. 37, *caput*, da Constituição Federal). Notadamente, **a eficiência administrativa não se compatibiliza com um modelo normativo que desestimula ou dificulta o adequado desempenho de atividades externas essenciais**, como é o caso da fiscalização notarial, cuja presença física do servidor em determinadas localidades é condição indispensável à regularidade do serviço público delegado.

9. Some-se a isso, ainda, o fato de que a regulamentação vigente não contempla, de forma expressa, mecanismos aptos a lidar com variações sazonais de custos, tais como aquelas decorrentes de períodos de alta visitação turística, festividades regionais ou eventos de grande porte. **A ausência de critérios objetivos para esses cenários excepcionais contribui para a insegurança administrativa e para a desigualdade material no tratamento dos servidores.**

10. Nesse ponto, merece destaque a consideração de que a preocupação ora veiculada não se traduz em pretensão desmedida ou descolada da realidade orçamentária do Tribunal. Ao contrário, **o que se busca**, pela presente via, **é a adequação técnica da norma, com a introdução de critérios objetivos e transparentes que permitam ajustar os valores das diárias à realidade concreta dos deslocamentos**, evitando distorções evidentes e assegurando que o servidor não arque, com recursos próprios, com despesas inerentes ao exercício regular de suas funções.

11. Diante de todo o exposto, **o SINJUS-MG entende ser oportuno e juridicamente recomendável que a minuta da referida Resolução**, ou, ao menos, a regulamentação complementar que venha a sucedê-la, **contemple a revisão dos valores das diárias**, de modo a promover recomposição compatível com a inflação acumulada e com os custos médios atualmente praticados, **bem como a previsão da possibilidade de equiparação dos valores pagos nos deslocamentos para cidades de reconhecido apelo turístico àqueles**

aplicáveis aos deslocamentos para Belo Horizonte, sempre que demonstrado que o custo local de permanência seja equivalente ou superior. Ademais, mostra-se igualmente relevante a instituição de mecanismos excepcionais de ajuste aplicáveis a períodos de elevada visitação ou à ocorrência de eventos específicos que impactem, de forma significativa, os preços de hospedagem, alimentação e transporte.

12. A adoção de tais providências, destaque-se, teria o fulcro não apenas de assegurar maior justiça material na relação entre a Administração e seus servidores, mas também de contribuir para o fortalecimento da eficiência institucional e para o incremento da motivação funcional, fatores que, de maneira direta, refletem-se na qualidade da prestação jurisdicional ofertada à sociedade.

13. O Sindicato coloca-se, desde já, à disposição para dialogar sobre a matéria em reunião, caso assim seja considerado oportuno.

Respeitosamente,



Alexandre Paulo Pires da Silva
Coordenador-Geral do SINJUS-MG